

Jaime Wright: O reverendo dos Direitos Humanos durante a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985)*

*Felipe Moreira Barboza Duccini***

Resumo

Nesse artigo buscamos analisar a trajetória de vida do reverendo presbiteriano Jaime Wright (1927-1999), dentro do contexto político, social e religioso da ditadura militar brasileira (1964-1985). O reverendo presbiteriano engajou-se fortemente na causa dos direitos humanos durante a ditadura, foi fundador da Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE), do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul (CLAMOR) e coordenou o desenvolvimento do projeto Brasil Nunca Mais (BNM). Jaime Wright foi uma das lideranças do ecumenismo protestante, tendo trabalhado quase uma década na Arquidiocese de São Paulo, ao lado do arcebispo D. Paulo Evaristo Arns.

Palavras-chave: Jaime Wright, Direitos Humanos, Ditadura.

* Esse artigo faz parte da nossa pesquisa de doutorado, que é realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

** Doutorando em História na Universidade Federal da Bahia, mestre e graduado em História pela UFBA. Realizou estágio doutoral na Universidade de Temple, com bolsa CAPES-Print. E-mail: felipe_duccini@hotmail.com.

Jaime Wright: The Reverend of Human Rights during the Brazilian Military Dictatorship (1964-1985)

Jaime Wright: El reverendo de los Derechos Humanos durante la Dictadura Militar Brasileña (1964-1985)

Abstract

In this article we seek to analyze the life trajectory of the Presbyterian reverend Jaime Wright (1927-1999), within the political, social and religious context of the Brazilian military dictatorship (1964-1985). The Presbyterian reverend was strongly involved in the cause of human rights during the dictatorship, he was the founder of the Ecumenical Coordination of Services (CESE), the Committee for the Defense of Human Rights for the Countries of the Southern Cone (CLAMOR) and coordinated the development of the project Brazil Never Again (BNM). Jaime Wright was one of the leaders of Protestant ecumenism, having worked for almost a decade in the Archdiocese of São Paulo, alongside Archbishop D. Paulo Evaristo Arns.

Keywords: Jaime Wright, Human rights, Dictatorship.

Resumen

En este artículo buscamos analizar la trayectoria de vida del reverendo presbiteriano Jaime Wright (1927-1999), dentro del contexto político, social y religioso de la dictadura militar brasileña (1964-1985). El reverendo presbiteriano estuvo fuertemente involucrado en la causa de los derechos humanos durante la dictadura, fue fundador de la Coordinación Ecuménica de Servicios (CESE), del Comité de Defensa de los Derechos Humanos para los Países del Cono Sur (CLAMOR) y coordinó el desarrollo del proyecto Brasil Nunca Más (BNM). Jaime Wright fue uno de los líderes del ecumenismo protestante y trabajó durante casi una década en la Arquidiócesis de São Paulo, junto al Arzobispo D. Paulo Evaristo Arns.

Palabras-clave: Jaime Wright, Derechos humanos, Dictadura.



Introdução

Jaime Nelson Wright, foi um reverendo presbiteriano brasileiro, expoente do movimento ecumênico, defensor dos direitos humanos, opositor da ditadura militar. Sua trajetória começou em Curitiba, no dia 12 de julho de 1927 e se encerrou em Vitória, no dia 29 de maio de 1999, aos 71 anos de idade, deixando um legado de lutas sociais, projetos políticos e religiosos.

Jaime Wright participou da criação e desenvolvimento de diversas instituições e projetos dos quais foi fundador, organizador e/ou coordenador como, por exemplo: o Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul (CLAMOR), o Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI), o Serviço Paz e Justiça na América Latina (SERPAJ), a Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE) e o projeto Brasil Nunca Mais (BNM).¹

Essas entidades e projetos tiveram larga repercussão social, religiosa e política no Brasil e na América Latina. Sua atuação internacional, em solidariedade aos países do Cone Sul que viviam em ditaduras, ampliou ainda mais seu protagonismo. Jaime visitou muitos desses países em eventos dessas organizações ou como secretário e representante do cardeal Paulo Evaristo Arns, arcebispo da Arquidiocese de São Paulo.

O golpe civil-militar e a repressão do Estado e da Igreja

Em 1964 no contexto do golpe civil-militar,² Jaime Wright estava em trabalho missionário em São Paulo, mas logo foi transferido para Caetité na Bahia, para dirigir a Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) da cidade. Na Bahia, o reverendo começou a ser conhecido por denunciar os desvios em órgãos do governo estadual, pela luta

¹ Jaime ainda foi fundador e/ou coordenador de outras entidades, como o Centro Santo Dias de Direitos Humanos, o Movimento de Justiça e Libertação e a Fundação Samuel. Também participou ativamente na Campanha Pela Anistia e da Campanha pela Constituinte.

² René Dreifuss ao analisar que o golpe de Estado foi um movimento civil e militar no livro **1964: A Conquista do Estado** inicia uma discussão sobre a participação de parte da sociedade civil na ditadura. Em sua tese, ele analisa como civis e empresários do complexo IPES/IBAD exerceram sua influência no regime militar.



em prol da justiça social e pela defesa dos perseguidos por razões políticas no país.

Nesse período tornou-se membro da Associação Baiana de Imprensa e correspondente não remunerado do jornal baiano *A Tarde*, além desse jornal, Jaime escreveu dezenas de artigos para periódicos brasileiros, estadunidenses, latino-americanos e europeus. Escrevia sobre o ecumenismo, as violações dos direitos humanos, as prisões políticas ilegais, e denunciava às torturas e mortes de presos políticos. Com o recrudescimento da ditadura militar no final da década de 1960, por questão de segurança passou a assinar alguns dos seus artigos com o pseudônimo de “Roberto Barbosa”. Em 1968 organizou em Caetité a I Mesa-Redonda Distrital das Lojas Maçônicas, onde articulou a publicação de uma declaração que condenava a transgressão dos direitos humanos no Brasil.

108

Com a declaração do Ato Institucional nº 5, durante o governo do presidente marechal Artur da Costa e Silva, segundo alguns historiadores, deu-se o início aos “anos de chumbo” o período mais repressor da ditadura (D’Araújo et. al, 1994). A decretação do AI-5 autorizou o presidente da República, em caráter excepcional, sem apreciação judicial, a: intervir nos estados e municípios, cassar mandatos parlamentares, suspender, por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão, decretar o confisco de bens considerados ilícitos e suspender a garantia do *habeas-corpus*. Sendo também decretado o recesso do Congresso Nacional, por tempo indeterminado, somente em outubro de 1969 o Congresso foi reaberto, devido à necessidade de referendar a escolha do general Emílio Garrastazu Médici para a Presidência da República.

O ano de 1968 ficou marcado na história brasileira e mundial pelas manifestações políticas, pela virada cultural, pelas mudanças de costumes, mentalidades e práticas sociais. No Brasil, o movimento estudantil e o movimento operário foram as ruas, protestando e exigindo melhores salários e liberdades democráticas. Para reprimir os protestos, o governo aumentou a repressão, que passou a atingir amplos setores da sociedade. A repressão ao movimento estudantil universitário atingiu majoritariamente os filhos da classe média e alta, os clérigos católicos que ficaram ao lado dos operários e estudantes,

também foram duramente reprimidos, com isso, a Igreja Católica foi retirando seu apoio a ditadura, passando a ter uma atuação mais expressiva nas críticas ao regime e na defesa dos direitos humanos.

Nessa época, Jaime Wright foi se afastando das atividades da IPB, cujo Supremo Concílio apoiava o regime militar, mantendo o foco do seu trabalho no projeto missionário da Missão Presbiteriana Brasil Central (MPBC) e se aproximando da ala progressista da Igreja Católica, nas figuras de D. Hélder Câmara e principalmente D. Evaristo Arns.

Além da repressão do governo, Jaime Wright e outros reverendos presbiterianos ecumênicos tiveram que enfrentar a repressão dos próprios irmãos(a) da igreja. Com a eleição de Boanerges Ribeiro, eleito presidente do Supremo Concílio em 1966, com a promessa de moralizar os seminários, varrendo a influência dos “modernistas”, eufemismo para religiosos ligados ao ecumenismo e a Teologia da Libertação, a perseguição tornou-se sistêmica dentro da igreja. Durante o mandato de Boanerges,³ fez parte do Supremo Concílio, o tenente-coronel Renato Guimarães, ligado ao Serviço Nacional de Informações (SNI).

Nesse período, o autoritarismo presente na IPB não ficou restrito somente ao âmbito eclesiástico, ocorrendo uma verdadeira caça aos “hereges”,⁴ associada a mentalidade da repressão governamental de caça aos “subversivos”. Essa caça aos “hereges” levou vários reverendos e teólogos presbiterianos, como Jaime Wright, Waldo César, Rubem Alves, Zwinglio Mota Dias (que foi torturado e teve o irmão Ivan assassinado), João Dias de Araújo, que escreveu o livro *Inquisição sem fogueiras*,⁵ a se retirarem ou serem expulsos da IPB, sendo perseguidos pela igreja e pela ditadura. Parte desse grupo de

³ Boanerges foi eleito por três mandatos consecutivos, entre 1966 a 1978, fato até então inédito na igreja. Autor de mais de dez livros sobre a igreja e sua história, fortemente defendido pelos historiadores oficiais da instituição e que conseguiu fazer seus sucessores na igreja até o final da década de 1980.

⁴ Partindo do conceito de heresia enquanto relações de poder, onde quem a define é quem detém o poder. Para o protestantismo, segundo Rubem Alves (1979, p. 241), o herege é sempre o “outro”, geralmente quem defendia o ecumenismo.

⁵ A segunda edição do livro, lançado em 1982, contou com a tradução para inglês e ajuda de Jaime Wright e sua esposa Alma, que ajudaram no rastreamento das referências bibliográficas e siglas, da filha de ambos, Anita, pela sugestão da ilustração de capa e, por fim, ao CLAMOR, que cedeu sua máquina para este serviço.

reverendos buscaram refúgio no exílio para evitarem a repressão. Segundo João Dias de Araújo a perseguição às práticas ecumênicas levou a igreja presbiteriana a uma verdadeira “inquisição”, afirmando que o presidente do Supremo Concílio, Boanerges Ribeiro instituiu uma “ditadura fundamentalista” dentro da igreja.

Durante esse período de repressão política e religiosa, a IPB chegou a solicitar o afastamento de Jaime do Brasil e da MPBC, denunciando a atuação do reverendo aos órgãos de repressão. Sendo informado a IPB que, por ser brasileiro, ele não poderia ser expulso da mesma forma que estava ocorrendo com inúmeros outros religiosos estrangeiros, que nessa época estavam sendo compelidos por pressão das igrejas e do governo a se retirarem do país.

Segundo o próprio reverendo Jaime, membros da alta hierarquia da IPB, o denunciaram diversas vezes aos militares, porém, todas as tentativas falharam:

[...] fui contemplado com várias denúncias feitas pelos companheiros deles [Boanerges e aqueles que diretamente estavam relacionados a ele] e isso eu tenho de fonte muito limpa, porque um amigo que eu tive durante muito tempo foi o Coronel Teodoro de Almeida (Pupo) que por sua vez tinha um cunhado Coronel, também. [...] Coronel [Renato] Guimarães. E o Coronel Guimarães, claro, passava as notícias para o cunhado, Coronel Pupo, e eu ficava sabendo de antemão dos planos, as estratégias da IPB com relação à repressão, a tentativa da repressão da Missão Presbiteriana Brasil Central, e as denúncias que eles pretendiam fazer. [...] E, as denúncias eram feitas, mais ou menos, no seguinte estilo: eles sempre faziam questão de dizer que: Jaime Wright não é da nossa Igreja Presbiteriana, ele é de outra Igreja Presbiteriana, é de uma Igreja Americana ecumenista - e, eles usavam o tom pejorativo para falar de ecumenismo; é membro do Conselho Mundial de Igrejas - que, notoriamente, é um órgão subversivo; e que, sendo esta Igreja membro do Conselho Mundial de Igrejas e, Jaime Wright sendo membro desta igreja, Jaime Wright, então, é, também, subversivo e peri-



goso. Era mais ou menos este estilo que eles usavam para me denunciar [...] (Paixão, 2014, p.34).

Na visão da igreja, ser ecumênico era ser “subversivo”. O Conselho Mundial de Igrejas (CMI), que patrocinava o ecumenismo pelo mundo, era considerado um “órgão subversivo”, era um discurso similar ao utilizado pelos órgãos da repressão militar para eliminar qualquer opositor acusando-o de “comunista” e “subversivo”. Desse modo, a igreja seguia a mesma linha, eliminando seus opositores, taxando-os de “ecumenista” e de “crentes vermelhos”.

Durante a terceira eleição de Boanerges Ribeiro, o coronel Renato Guimarães tornou-se vice-presidente do Supremo Concílio. O coronel era da II Região Militar e chegou a participar do SNL. Dentro da igreja, participou na criação da Comissão Especial de Seminários (CES), órgão criado pela LPB para fiscalizar os seminários e centros de formação da igreja, era o principal órgão responsável pela expulsão de alunos e professores, foi o órgão que determinou à diretoria do Seminário Presbiteriano do Recife o afastamento do professor João Dias de Araújo, em 1970.

A criação do CES, durante a reunião do Supremo Concílio, realizado em Fortaleza em julho de 1966, marcou uma etapa definitiva da vitória dos fundamentalistas conservadores dentro da igreja. Entre as resoluções aprovadas na reunião constava: “Determinar que os professores dos seminários da LPB se dediquem ao preparo intelectual e espiritual de seus alunos e se abstenham de propaganda e práticas ecumenistas e ideológico-política” (Digesto Presbiteriano, 1961-1970, p. 246). Foi a sentença definitiva para a intervenção do Supremo Concílio, nos Seminários, Presbitérios e Sínodos, visando eliminar a propagação do ecumenismo e de um evangelho de cunho mais social, procurando alinhar-se e agradecer ao regime militar.

Muitos presbitérios argumentaram que as resoluções aprovadas feriam sua autonomia e a própria constituição da LPB, e tentaram recorrer da decisão, fato que não impediu a visita de membros da CES aos Seminários para averiguar as denúncias recebidas de comportamentos considerados impróprios praticados por professores e seminaristas.

Através do CES a igreja criava seu próprio organismo de informação, controle, censura e punição, em ressonância com os mecanismos similares utilizados pela ditadura. Segundo João Dias de Araújo, essa opressão aos seminários para expulsarem seus professores e alunos também era realizada na forma de pressão financeira, podendo levar a dissolução do próprio seminário que não aceitasse os ditames do Supremo Concílio, fato que ocorreu com o Seminário Presbiteriano do Centenário (SPC) de Vitória no Espírito Santo. De acordo com Araújo, esse seminário:

Passou a sofrer uma séria pressão, sobretudo, no setor financeiro, tendo em vista o atraso provocado pela tesouraria do Supremo Concílio em cumprir com suas obrigações para com os professores, provocando uma situação de incerteza (Araújo, 1982, p.114).

112



A pressão para fechar o SPC é externada pelo coronel Guimarães em carta de 28 de setembro de 1967, e endereçada a outro membro da CES, o reverendo Saulo de C. Ferreira. Nessa carta é colocada a possibilidade de punir aquela instituição de ensino e de pôr fim ao seu funcionamento. Esta postura repressiva deveria ser adotada, segundo o coronel, como resposta à pouca receptividade, ou seja, ao tratamento oferecido à Comissão pelas autoridades do Seminário (Vilela, 2014, p.12). O que levou inevitavelmente ao fechamento do SPC, em 1969.

Nesse período de extrema repressão de determinadas expressões de fé e de condutas políticas e sociais, seja por parte do governo ou da própria IPB, muitos religiosos enfrentaram um dilema espiritual e moral. Esses religiosos vão ser obrigados a fazerem uma escolha, continuarem respeitando a hierarquia do Supremo Concílio e seu apoio a ditadura ou continuarem defendendo aquilo que eles acreditavam ser o caminho da cruz, do evangelho social, do ecumenismo e da dignidade e respeito aos valores humanos.

A escolha pela opção vista como o caminho da “cruz” gerou uma ruptura de uma parcela importante do mundo presbiteriano, que não coadunou com o regime militar. Jaime fez sua escolha afastando-se

da IPB e criando uma série de projetos em defesa dos direitos humanos e pelo respeito inter-religioso, sendo seguido e apoiado por diversos outros reverendos da ala ecumênica da igreja, não só pelos reverendos expulsos e/ou afastados da IPB, como também por diversos outros pastores e religiosos expulsos de diversas outras igrejas protestantes, cujas instituições haviam escolhido apoiar a ditadura.

A morte de Paulo Wright e Vladimir Herzog e o crescimento da luta pelos Direitos Humanos

Paulo Stuart Wright, era deputado estadual de Santa Catarina, foi cassado após o golpe civil-militar e expulso da IPB após a igreja receber documentos provenientes do Comando do 5º Distrito Naval de Florianópolis acerca da atuação política do então deputado do Partido Social Progressista (PSP)⁶. Paulo Wright ameaçado de ser preso, como diversos outros apoiadores do governo Goulart, refugiou-se na embaixada do México no Rio de Janeiro, onde solicitou asilo político, partindo para o exílio logo depois.

Retornando clandestinamente ao Brasil em 1965, Paulo torna-se líder da Ação Popular (AP), organização formada por egressos do movimento estudantil cristão, banidos pelo regime militar. Formado por membros da: Juventude Universitária Católica (JUC), da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Associação Cristã de Acadêmicos (ACA), entre outras organizações. Paulo Wright liderou dentro da AP, uma ala chamada de Ação Popular Marxista-Leninista (APML)⁷ que pregava a luta armada contra a ditadura. Após 8 anos vivendo na clandestinidade Paulo “caiu” em setembro de 1973. Durante as homenagens da Semana da Pátria, a repressão fechou o cerco contra a

⁶ Em razão dos referidos documentos – segundo consta em Ata – o Conselho, em 1964, resolveu vetar a posse do Sr. Paulo Wright ao cargo de presbítero, eliminando-o também do rol de membros efetivos daquela comunidade religiosa. Ata do Conselho da Igreja Presbiteriana de Florianópolis, nº 1284, p. 103-104.

⁷ A AP rachou em 1971, formando-se duas facções que passaram a reivindicar, ao mesmo tempo, o nome de Ação Popular Marxista Leninista (APML), uma liderada por Duarte Pereira, Haroldo Lima, Aldo Arantes e José Renato Rabelo, mais próxima ao PCdoB e que acabaria se incorporando a ele, e outra menor, liderada por Jair Ferreira de Sá, Paulo Wright e Manoel da Conceição, formando a fração da APML, também conhecida como “AP Socialista”.



AP, capturando 38 militantes da organização, nas cidades de Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e em Salvador, incluindo membros da APML independentes ou ligados ao PCdoB. Paulo foi preso pelo II Exército e levado ao DOI-CODI,⁸ de São Paulo, onde foi morto.

Com o desaparecimento do irmão, cresceu o protagonismo de Jaime, que partiu em busca de respostas, segundo relato de Evaristo Arns:

O deputado havia sido morto antes de 1973 [nesse ano], mas nós não sabíamos. Sempre havia novas notícias, espalhadas por maldade, dizendo que ele estava vivo. Disseram, por exemplo, que ele estava no Chile. Deram até o endereço. Jaime Wright foi a Santiago, para a rua tal, número tal, que existia, mas lá não havia ninguém chamado Paulo Wright. Outra vez, enganaram Jaime, para que ele fosse para a Amazônia. Disseram que Paulo Wright estava no Araguaia. Ele foi checar. Jaime Wright foi infatigável na procura do irmão (Dasilio, 2012, p. 75).

A prática da desinformação era comum nos serviços de contrainformações dos órgãos da repressão militar, que divulgavam informações que levavam os familiares dos desaparecidos políticos a acreditarem que seus entes queridos ainda estavam vivos, foi divulgado ainda que Paulo estava vivo em Cuba.⁹

Durante esse período de forte repressão, além de buscar e cobrar por respostas sobre o paradeiro do seu irmão. Jaime foi um dos grandes idealizadores da criação da Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE)¹⁰ em 13 de junho de 1973. No CESE, Jaime foi o responsável pelo projeto de publicação e distribuição em larga escala do texto integral da Declaração Universal dos Direitos Humanos,

⁸ Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna.

⁹ Delora Wright, filha de Jaime escreveu o livro: **O coronel tem um segredo: Paulo Wright não está em Cuba**, para desmentir essa tese.

¹⁰ Baseada na Teologia da Libertação e no Ecumenismo, fundada em Salvador, com a participação da Igreja Católica Apostólica Romana, representada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Igreja Episcopal do Brasil, da Igreja Evangélica Pentecostal “O Brasil para Cristo”, da Igreja Metodista e da Missão Presbiteriana do Brasil Central, com o apoio do Conselho Mundial de Igrejas (CMI).



num formato de cartilha, acrescida de textos bíblicos correlatos e comentários.

As cartilhas dos Direitos Humanos publicadas pela CESE, visava atingir a população e os setores religiosos, conclamando para uma reflexão sobre o desrespeito dos direitos humanos no Brasil. Jaime foi responsável pela terceira e quarta edição da cartilha, publicadas em 1977 e 1978 respectivamente. Em artigo ao jornal *O São Paulo* da arquidiocese de São Paulo, o reverendo explicou que procurou correlacionar possíveis afinidades da Bíblia, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos:

A terceira edição ecumênica da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que está sendo lançada esta semana em seis capitais brasileiras pela Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), mostra ela claramente a afinidade da Declaração com a Bíblia. Quatro páginas de índices dos textos bíblicos no final da edição fazem crer que, de fato, é Deus que está falando às nações através da Declaração (*O São Paulo*, abril 1978, p. 7).

Entre 1973 e 1978 foram publicadas pela CESE, 1.800,000 milhões de exemplares da Declaração Universal dos Direitos Humanos, recomendando que os fiéis respeitassem seus princípios e denunciasses as violações aos direitos humanos, como as violações que estavam sendo cometidas aos presos políticos. Segundo o reverendo Jaime, a própria criação do CESE, representou um marco importante na colaboração entre a Igreja Católica e as igrejas protestantes ligadas ao Conselho Mundial de Igrejas e para a luta dos direitos humanos no Brasil:

Eu tive o privilégio de ser convocado pela Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) em 1973 para dirigir o projeto de emergência dos direitos humanos. [...] Era a primeira vez que a Igreja Católica no Brasil se unia às igrejas membros do Conselho Mundial de Igrejas para fazer uma entidade brasileira. Antes de se estruturarem, resolveram fazer esse projeto, ou seja, a publicação da Declaração Universal dos Direitos Hu-



manos com citações bíblicas e declarações oficiais de Igrejas evangélicas e católicas. Eu dirigir esse projeto e incluímos no texto dos 30 artigos, 200 versículos bíblicos que apoiam inteiramente os artigos da Declaração. [...] E não seria mal lembrar que há várias parábolas de Jesus, que poderiam ser descritas como parábolas dos direitos humanos. Por exemplo a parábola do samaritano, que ilustra o dever que os cristãos tem de estender uma mão de misericórdia aos necessitados, apesar de todas as barreiras (Tribuna de Imprensa, 13 de março 1987).

Jaime passou anos reunindo provas, documentos e depoimentos de outros presos políticos que sobreviveram as torturas e relataram a prisão de Paulo Wright pelo DOI-CODI. Em 1987 durante entrevista concedida ao jornal *Tribuna da Imprensa*, intitulada “Eu acuso o torturador Ustra”, o reverendo acusou formalmente o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, comandante do DOI-CODI de São Paulo entre 1970 e 1974, como o torturador e algoz de Paulo Wright.

Em 31 de outubro de 1975, o reverendo Jaime participou com D. Evaristo Arns e o rabino Henry Sobel do culto em memória ao jornalista judeu Vladimir Herzog, mais um preso, torturado e morto pelo DOI-CODI de São Paulo.

Herzog tinha 38 anos, era casado e pai de dois filhos, era diretor do departamento de telejornalismo da TV Cultura, professor de jornalismo na Universidade de São Paulo (USP) e membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que atuava politicamente no movimento de combate contra a ditadura, mas não praticavam a luta armada.

Em 24 de outubro de 1975 agentes do II Exército, durante a “Operação Jacarta”, que visava a eliminação do PCB, convocaram Vladimir para prestar depoimento sobre as ligações que ele mantinha com o “Partidão”. Segundo a própria nota do Exército,¹¹ Herzog se apresentou voluntariamente ao DOI-CODI no dia seguinte, às 8 horas, junto com outro colega de profissão, sendo acareado junto com seus delatores George Benigno Jatahy e Rodolfo Konder. Vladimir teria

¹¹ Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/upload/001-Vladimir-Herzog-CEM-DP001.pdf> Acesso em: 21/07/2021.



negado seu vínculo com o PCB, então os jornalistas foram levados para um corredor, de onde escutaram uma ordem para que se preparasse a máquina de choques elétricos para a tortura. Em seguida, Konder foi levado à tortura, e Herzog não mais foi visto vivo, às 16 horas, após 8 horas de tortura: foi declarado morto por “suicídio”. Prática comum do regime militar, que alegava que as vítimas das suas torturas e assassinatos eram suicidas, popularizando na época o termo “fora suicidado”. Segundo Elio Gaspari, a morte de Manoel Fiel Filho, três meses após o assassinato de Herzog, representava até aquele momento o “39º suicida do regime, e o 19º a se enforcar” (Gaspari, 2014, p. 359).

Segundo o informe divulgado pelo II Exército, Herzog havia cometido suicídio em sua cela, se enforcando: “ao ser procurado na sala onde fora deixado, desacompanhado, foi encontrado morto, enforcado, tendo para tanto utilizado uma tira de pano”,¹² a tira de pano que alegadamente seria a cinta do próprio macacão padrão do DOI-CODI, fato que contradiz o próprio depoimento de um comandante do DOI-CODI, o então general de brigada e chefe do Estado-Maior do I Exército, Leônidas Pires Gonçalves, que afirmou que:

Os presos botavam um macacão, porque não podíamos deixar nada que eles pudessem usar para se automortificar ou se matar. Era um macacão liso, não tinha cinto, não tinha nada (D’Araújo et. al, 1994).

Dessa forma, o alegado “suicido” foi desmentido pelas evidências forenses, principalmente pela foto tirada pelo fotógrafo Silvano Leung Vieira:

¹² Informe do II Exército. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/24012-o-instante-decisivo.shtml>. Acesso em: 06/02/2023.



Imagem 1 – Morte de Herzog, nas dependências do DOI-CODI



Fonte: Acervo do Brasil Nunca Mais. Foto Silvado Leung.

Segundo Silvado Leung Vieira, que era fotógrafo do Instituto de Criminalística da Polícia Civil de São Paulo, e confessou em entrevista:

Ainda carrego um triste sentimento de ter sido usado para montar essas mentiras. Disseram apenas que era um trabalho sigiloso e que eu não deveria contar para ninguém. A requisição veio do Dops. [...] Tudo foi manipulado, e infelizmente eu acabei fazendo parte dessa manipulação. Depois me dei conta que havia me metido em uma roubada. Isso aconteceu, acho, porque eles precisavam simular transparência (Folha de S. Paulo, 5 de fevereiro 2012).

A foto de Vieira mostrando que o preso “se enforcou” atando um pano na primeira barra da janela, a 1,63 metro de altura do solo

também foi cortada, para não mostrar a barra superior da janela, que poderia ter sido usada, se Herzog quisesse de fato se enforcar, subindo na carteira escolar e se projetando em vão-livre.

Dessa forma, a imagem 1 reproduzia, mostrando os pés de Herzog tocando o chão depõem contra a ideia de suicídio. Segundo os peritos técnicos, nessa posição o enforcamento seria fisicamente impossível de ser realizado pelo indivíduo. O rabino Henry Sobel, líder da comunidade judaica, levou em consideração também, as marcas das torturas encontrados durante a preparação do corpo de Herzog, para descartar a hipótese de suicídio e assim poder realizar seu enterro, seguindo os preceitos judaicos. Seu enterro foi realizado no centro do Cemitério Israelita do Butantã, o que implicava desmentir publicamente a versão oficial de suicídio, visto que segundo a teologia judaica, um suicida não poderia ser enterrado seguindo os rituais tradicionais judaicos.

Na semana seguinte à morte do jornalista foi realizada a missa de sétimo dia, na Catedral da Sé, que se transformou num ato de repúdio a ditadura. O ato ecumênico inter-religioso pela morte de Herzog tornou-se uma das primeiras grandes manifestações de protesto pós-68 contra a violência da ditadura militar.

Imagem 2 – Jaime Wright, Evaristo Arns e Henry Sobel, cerimônia em homenagem a Herzog



O ato ecumênico reuniu cerca de 8 mil pessoas dentro e fora da Catedral da Sé, em São Paulo, unindo numa mesma oração, um representante protestante, um católico e um judeu. A cerimônia foi comandada conjuntamente por D. Paulo, pelo reverendo Jaime Wright e pelo rabino Henry Sobel.

Três anos após a morte de Herzog, Jaime participou da fundação do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos do Cone Sul (CLAMOR), em 1978, junto com Jean Rocha e Luiz Eduardo Greenhalgh, este último advogado e presidente do Comitê Brasileiro Pela Anistia (CBA) de São Paulo. Nesse projeto Jaime trabalhou com entidades católicas que recebiam refugiados políticos, oriundos principalmente da Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai e Bolívia, ajudando a organizar em São Paulo e no Rio de Janeiro, o suporte necessário para o acolhimento desses refugiados políticos.

Jaime, que ainda procurava por pistas sobre o paradeiro do seu irmão Paulo, reuniu uma vasta documentação, além de informações que eram coletadas e trocadas entre os familiares dos desaparecidos políticos, que formavam uma rede de solidariedade, que muitas vezes incluía reuniões e participação nessas entidades: CESE, CBA, CLAMOR, entre outras, que lutavam pelos direitos humanos e confrontavam a repressão. Segundo Enrique Padrós, entidades como o CLAMOR salvaram inúmeras vidas:

Em resumo, fortaleceu desesperançados e ajudou a salvar vidas, muitas vidas. Em tempos de terrorismo de Estado, de conexão repressiva e de Operação Condor, quantas vidas foram salvas? É impossível quantificar todos os que receberam ajuda direta, indiretamente ou que foram reanimados pelos efeitos, mesmo que distantes, produzidas por sua ação expansiva e dos seus integrantes (individualmente ou em conjunto), dos seus colaboradores diretos, dos seus boletins, em fim, dos seus *clamores* de denúncia e dignidade (Padrós, 2014, p. 81).

Como explica Jaime, alguns desses refugiados políticos haviam inicialmente fugido para a Argentina e agora com o golpe militar

nesse país, optaram por cruzarem as fronteiras brasileiras, em busca de refúgio:

Em 1976, após o golpe militar na Argentina, centenas de perseguidos políticos buscaram o Brasil como refúgio e – especificamente - a Arquidiocese de São Paulo, já conhecidíssima nos países do Cone Sul pela sua atuação a favor dos oprimidos. Mas não eram somente argentinos. Eram, também chilenos que fugiram da repressão do Chile e que fugiam, agora, da repressão da Argentina. Eram uruguaios que fugiram da repressão do Uruguai e no Chile e que fugiam, agora, da repressão Argentina. Eram paraguaios e bolivianos também (Wright, Fundação 2 de Julho, caixa 1, pasta 1).

Além do CLAMOR, a Arquidiocese de São Paulo abrigou o desenvolvimento de outro grande projeto relacionado aos direitos humanos, o projeto Brasil Nunca Mais (BNM). Idealizado por membros do CBA do Rio de Janeiro, liderada pela advogada Eny Raimundo Moreira.¹⁵ O projeto BNM passou a organizar e reunir toda uma documentação sobre a tortura e repressão no Brasil, através de fontes oficiais do Estado, analisando, catalogando e fotocopiando os processos mantidos pelo Superior Tribunal Militar (STM).

Esse foi um dos projetos mais relevantes da trajetória do reverendo, que além de escolhido para coordenar o projeto, teve como uma das principais missões a de tesoureiro, obtendo financiamento para microfilmar as centenas de páginas de todos os autos judiciais, que depois seriam enviadas ao exterior. Jaime “assumiu o risco de viajar diversas vezes para a Suíça para depositar os rolos de filme [...]. Prestava conta dos trabalhos e trazia o dinheiro escondido na roupa” (Dasilio, 2012, p. VIII). Para financiar o projeto, Jaime solicitou ajuda ao CML, obtendo assim os recursos financeiros necessários com o secretário-geral Philip Potter, com o auxílio do reveren-

¹⁵ O CBA-RJ foi fundado em 18/02/78. Em depoimento, Eny conta que a ideia teve origem nas falas do jurista e advogado de presos políticos Heráclito Fontoura Sobral Pinto. Acervo do Armazém Memória. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VuFK-3tbj7w4> Acesso em: 03/05/2020

do presbiteriano Charles Roy Harper.¹⁴ Após seis anos de trabalho, ao custo total de 500.000 mil dólares, foram produzidos um documento denominado “Projeto A”, com a análise e a catalogação das informações constantes dos autos dos processos judiciais em 6.891 páginas divididas em 12 volumes.¹⁵ Devido à dificuldade de leitura e até de manuseio do “Projeto A”, Evaristo Arns idealizou o “Projeto B”, um livro homônimo que resumisse o projeto em um espaço 95% menor.

Assim, o BNM ficou mundialmente conhecido através do livro homônimo lançado em 1985. O livro foi um dos maiores sucessos de vendas na história do Brasil, permaneceu na lista dos dez mais vendidos por 91 semanas consecutivas, sendo o livro de não-ficção mais vendido no Brasil. Chegando a sua 41 edição em 2014, foi traduzido em diversas línguas, para o inglês foi traduzido pelo próprio Jaime Wright, com o título de *Torture in Brazil: A Shocking Report on the Pervasive Use of Torture by Brazilian Military Governments, 1964-1979*.¹⁶ Por medo de represárias, a editora foi proibida de realizar qualquer publicidade de lançamento e vários membros que participaram do projeto optaram inicialmente por ficarem no anonimato, seus nomes só foram divulgados anos mais tarde. Segundo o reverendo Jaime, ao longo de 6 anos de trabalho, 35 pessoas contribuíram com o projeto.¹⁷

O balanço final dos 21 anos de período ditatorial, resultou em cerca de 50.000 mil pessoas presas: 7.367 indiciadas, 10.034 atingidas na fase inicial de Inquérito Policial Militar (IPM), com 707 processos na Justiça Militar por crimes contra a Segurança Na-

¹⁴ O reverendo presbiteriano brasileiro foi colega de Paulo Wright no Instituto Ecumênico de Bossey. Funcionário da CMI, ele atuava como intermediário, tanto no transporte de documentos e informes até Genebra, quanto retornando com recursos financeiros. Também ajudou nas denúncias na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas.

¹⁵ Foram efetuadas 25 cópias do “Projeto A” e encadernadas em capa dura, preta com letras douradas. Doadas 14 cópias para universidades, bibliotecas e centros de documentação de entidades dedicadas à defesa dos direitos humanos no Brasil e ofertadas 11 cópias para instituições estrangeiras. Uma das cópias do Projeto A se encontra na Faculdade 2 de Julho.

¹⁶ Com prefácio de Joan Dassin, publicado pelo *Institute of Latin American Studies*, da *University of Texas at Austin*, em 1986.

¹⁷ Dez anos de Brasil: Nunca Mais. *Folha de São Paulo*, 14 de julho 1995.

cional, sendo 4.862 cidadãos cassados, 130 banidos (Santos, et. al, 2009, p 152), mais de 10 mil exilados e 434 mortos e desaparecidos políticos.¹⁸

Considerações finais

O reverendo Jaime Wright contribuiu com os Direitos Humanos e o com o processo de redemocratização política do Brasil, a exemplo de tantos outros. Sua trajetória religiosa, social e política possibilita compreendemos inúmeros contextos e problematizar como vários membros e reverendos ligados à IPB tiveram as suas práticas políticas e religiosas questionadas e investigadas pelos órgãos de repressão e informação do Estado ditatorial e/ou pela própria igreja e que resultou na repressão política e religiosa a diversos reverendos e presbíteros.

Pelas contribuições do reverendo Jaime Wright na luta pelos direitos humanos, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, aprovou em 2015 o Projeto de Lei nº 1.836 do deputado federal Fábio Sousa (PSDB-GO), para a inscrição do nome do reverendo presbiteriano Jaime Nelson Wright no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. O projeto transformou-se no Projeto de Lei nº 405, aprovado no dia 13 de abril de 2019, com relatoria do senador Flávio Arns (PSB-PR), sendo sancionado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em 10 de maio de 2023.

O Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, chamado de Livro de Aço, pois suas páginas são feitas de metal, foi criado em 1992, o livro reúne protagonistas da liberdade e da democracia, que dedicaram sua vida ao país em algum momento da história, brasileiros e brasileiras, individualmente ou em grupo, que tenham oferecido a vida à Pátria, para sua defesa e construção com excepcional dedicação e heroísmo, desde que decorridos dez anos de sua morte ou presunção de morte, exceção feita aos brasileiros mortos ou presumidamente mortos em campo de batalha. O livro se encontra

¹⁸ Foi utilizado o número de mortos e desaparecidos que consta no *Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade*; v. 3, 2014.



no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, monumento construído na Praça dos Três Poderes, em Brasília.¹⁹

Nesse artigo pudemos acompanhar um pouco da trajetória de vida do reverendo presbiteriano Jaime Wright, e sua luta pelos direitos humanos durante a ditadura. Acreditamos que algumas lições históricas possam ser retiradas dessa breve reflexão, incluindo uma melhor compreensão do processo de luta pela democracia no Brasil e a importância de se mantê-la.

Referências:

ALVES, Rubem. **Protestantismo e Repressão**. São Paulo: Ática, 1979.

ARAÚJO, João Dias de. **Inquisição Sem Fogueiras**. Rio de Janeiro: ISER, 2 ed, 1982.

ARNS, Evaristo. *Et al.* **Brasil: Nunca Mais**. Arquidiocese de São Paulo. Petrópolis: Vozes, ed 26, 1991.

ATA DO CONSELHO. **Igreja Presbiteriana de Florianópolis**. 1964 n^o 1284, 19/10/99. ARQUIVO. Fundação Dois de Julho. Caixa 3, pasta 1.

BRANDT, Juliana Cristina. GARCIA, Renata Luigia C. O Desenvolvimento Administrativo de Araras da década de 60 a década de 90. **Revista UNAR**, v. 7, n. 2, 2013.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório Final: Mortos e Desaparecidos Políticos**. Brasília: CNV. v. 3, 2014.

CASIMIRO, Arival D. **Resistindo à secularização**. Santa Bárbara d'Oeste, SOCEP, 2002.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DASILIO, Derval. **Jaime Wright: O Pastor dos Torturados**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2012.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. (Org) **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

¹⁹ Infelizmente durante visita ao Panteão em abril de 2024, constatamos que o Livro de Heróis não é atualizado desde 2018.



DIGESTO PRESBITERIANO, 1961-1970. Cambuci: Casa da Editora Presbiteriana.

FERRAZ, Lucas. O instante decisivo: a Folha localizou o fotógrafo do cadáver de Herzog. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 92, 5 de fevereiro 2012.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Encurralada: O Sacerdote e o Feiticeiro**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

JUNIOR, Valdir Gonzalez Paixão. Poder, memória e repressão: a Igreja Presbiteriana do Brasil no período da ditadura militar (1966-1978). Bauru: **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 2, n. 2, p. 20-41, 2014.

MATOS, Alderi Souza de. **Uma Igreja Peregrina** – história da Igreja presbiteriana do Brasil de 1959 a 2009. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2009.

O SÃO PAULO. São Paulo: Arquidioceses de São Paulo, abril de 1978.

PADRÓS, Enrique Serra. CLAMOR: A solidariedade contra o terrorismo de Estado e a Operação Condor. **Projeto História**. São Paulo, v. 50, 2014.

SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida. **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**. Volume 1, 2009.

TRIBUNA DE IMPRENSA. Rio de Janeiro, 13 de março 1987.

VILELA, Márcio Ananias Ferreira. Memórias, Discursos e Práticas: A Igreja Presbiteriana Do Brasil Durante as Décadas de 1960 e 1970. **ABHO**, anais. Teresinha: UFPI, 2014.

WRIGHT, Delora Jan. **O Coronel Tem Um Segredo**: Paulo Wright não está em Cuba. São Paulo: Vozes, 1993.

WRIGHT, Jaime. Entrevista concedida a J.B Nunes. **Contexto**, [s.l., s. data.].

WRIGHT, Jaime. Entrevista concedida. **Folha de São Paulo**. 14 de julho 1995.



